

## A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS PRIMÁRIAS EM MINAS GERAIS E OS PRINCÍPIOS PARA A ESCOLARIZAÇÃO DE MENINAS (SÉCULO XIX).

*The formation of elementary school's teachers in Minas Gerais and the principles for the education of girls (19<sup>th</sup> century)*

Mônica Yumi Jinzenji<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo se insere nas discussões relacionadas à história da profissão docente e à formação de professoras para a educação das primeiras letras na primeira metade do século XIX em Minas Gerais. A partir de um manual argentino, *Cartas sobre a educação das meninas por huma senhora americana*, traduzido para o português em 1838 e distribuído para uso de professoras de primeiras letras, discute-se sobre os princípios norteadores da escolarização de meninas, presentes no manual; o artigo trata igualmente das representações de gênero e os respectivos papéis de homens e mulheres, idealizados na e para a sociedade oitocentista.

**Palavras-chave:** gênero, educação das primeiras letras, século XIX, manual didático.

### ABSTRACT

This article is included in the discussions related to the history of teaching and to teacher's formation for elementary education in the first middle of XIX century in Minas Gerais. From an Argentine manual, *Cartas sobre a educação das meninas por huma senhora americana*, translated to Portuguese in 1838 and distributed for "primeiras letras" teacher's use, investigations are made about the fundamentals of girls schooling, presented in the manual; this article also concern about the gender representations and the respective roles of men and women, idealized in and to the 1800's society.

**Key-words:** gender, elementary education, 19<sup>th</sup> century, didactic manual.

A formação de professores(as) para os primeiros segmentos da educação básica tem sido tema de intensos debates, sobretudo a partir da LDB 9394/96 que propõe a formação superior para os(as) profissionais desses níveis de ensino. Desde então, as expectativas de uma maior qualificação e valorização profissional têm encontrado obstáculos para sua efetivação, seja pela fragilidade das próprias medidas legais, seja por um contexto complexo que tem tensionado o campo profissional, as instituições formadoras e também, a produção acadêmica sobre essa temática. Pensar sobre a formação de profissionais da educação infantil e das primeiras séries do ensino fundamental requer tomarmos como um dos elementos centrais, o fato de que se trata de uma profissão que, há quase 150 anos se consolidou como constituído predominantemente por mulheres.

Neste trabalho, não pretendo discutir exaustivamente este assunto na contemporaneidade, me reportando à primeira metade do século XIX, momento em que a profissão docente e a instrução primária sofriam importantes mudanças, refletindo

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: myjinzenji@gmail.com

diretamente na formação de professoras para as escolas elementares de meninas. Recorrer a este período histórico permite pensar que a preocupação com a formação de professores (as) dos primeiros segmentos do ensino, longe de ser um discurso exclusivamente atual, está presente no Brasil desde as tentativas de organização da instrução pública nas primeiras décadas do período pós-independência.

No contexto das produções da historiografia da educação brasileira, a escolarização das mulheres e a atuação feminina no ensino têm gerado uma volumosa produção, sendo o século XIX um período bastante investigado, sobretudo nos últimos vinte anos. Entre os estudos que delimitam a província de Minas Gerais e que relacionam as categorias *gênero* e *educação* estão o de Eliane Marta Teixeira Lopes (1987) que denunciava, já em fins da década de 1980, em *Casa da Providência: uma escola mineira do século XIX*, a ausência de trabalhos sobre a escolarização da mulher no século XIX, propondo no referido texto, novas abordagens teóricas e metodológicas para o estudo de um Colégio religioso feminino mineiro. A escolarização diferenciada voltada para meninos e meninas já foi tematizada em alguns trabalhos, sendo importante referência, a tese de doutorado de Diva Muniz (2003) posteriormente publicada em livro, sob o título *Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1835-1892)*. Nesse livro, a autora investiga a constituição das relações de gênero no espaço escolar, procurando compreender como operam as representações e as práticas inscritas no entrelaçamento entre a escola, a família e a igreja, na formação dos sujeitos, se detendo especialmente nas alunas e mestras mineiras.

Maria Cristina Soares de Gouvêa (2004) em *Meninas nas salas de aula: dilemas da escolarização feminina no século XIX* propõe uma discussão semelhante. Ao tratar de diversos níveis e modalidades de educação da menina/mulher – a instrução elementar, os internatos, a escola normal e a educação doméstica –, a autora aponta para as distintas experiências de formação dessas mulheres, situando-as e diferenciando-as de acordo com o respectivo pertencimento social, racial e geracional.

Esses trabalhos contribuem para relativizar o olhar sobre a posição da mulher na sociedade oitocentista, muito conhecida pela restrição ao domínio do mundo privado, das atividades domésticas e voltada para a educação dos filhos. As autoras indicam a projeção das meninas e mulheres no espaço público por meio da escolarização, proporcionando a visibilidade de uma condição diferenciada desses sujeitos na sociedade<sup>2</sup>.

Uma outra importante abordagem é adotada pelos trabalhos voltados para a compreensão do processo de feminização do magistério que teve início na segunda metade do século XIX. Entre teses, dissertações e artigos publicados, vários (as) pesquisadores (as) se ocupam em compreender o contexto e as condições que possibilitaram a entrada maciça das mulheres no magistério primário em Minas Gerias, contribuindo para a caracterização desta como uma profissão predominantemente feminina, já nos fins do século XIX. Entre eles (as) se encontram os trabalhos de Eliane M. T. Lopes (1991), Magda Chamon (1996), Sarah Durães (2002) e Luciano M. De Faria Filho & Elenice Macedo (2004).

---

<sup>2</sup> A presença das mulheres no espaço público, exercendo atividades remuneradas, chefiando famílias está presente na produção historiográfica. Ver: Miriam Moreira Leite (1989), Julita Scarano (2000).

Minha contribuição para esta temática se relaciona à formação das professoras para a instrução das primeiras letras que, segundo a primeira Lei mineira sobre a instrução pública, de 1835, deveria se dar nas Escolas Normais, cuja criação era prevista nessa mesma Lei. No entanto, a primeira Escola Normal da província de Minas Gerais foi estabelecida somente em 1840 na capital Ouro Preto, tendo um funcionamento descontínuo e assistemático, passando a funcionar efetivamente em 1871. Segundo Rosa (2001), especialmente nas décadas de 1830 e 1840, foi produzido um discurso que, aliado à necessidade de organização da instrução, afirmava ser a falta de formação dos mestres de primeiras letras, um dos mais graves problemas a impedir o bom andamento da instrução pública. Segundo essa avaliação, a adoção do método ideal de nada adiantaria se não houvesse professores capacitados para utilizá-lo.

Diante da precariedade do funcionamento da Escola Normal de Ouro Preto, um outro dispositivo teve importante lugar na formação das professoras: os manuais didáticos. Ao longo do século XIX, durante as discussões ligadas à criação e organização da Instrução Pública no Brasil, os manuais didáticos e sua importância para tal projeto consistiam tema de constantes debates. Destinados inicialmente aos professores, os impressos pedagógicos nesse período possuíam um importante papel na formação docente. Defendia-se tanto a adaptação de modelos estrangeiros, havendo mesmo o incentivo para a tradução de obras estrangeiras, assim como para que os “mais célebres intelectuais” brasileiros os elaborassem (Bittencourt, 1993).

Acreditava-se que os manuais didáticos desempenhavam o papel de viabilização e efetivação das reformas educacionais e eram considerados o “principal instrumento para divulgação do ideário educacional, dependendo dela (a obra didática), a formação do professor e do aluno” (Bittencourt, 1993, p.21). Atribuía-se à leitura a formação de hábitos, tendo a palavra impressa, um “poder” de transformar a realidade, já que, conforme se pensava, a leitura por si só já garantia a apropriação das idéias lidas.

O uso dos livros didáticos ou manuais didáticos como fonte para a historiografia, especialmente para a história da educação se justifica por ser possível refletir, a partir de seus discursos, sobre as representações e valores que caracterizavam o momento histórico em questão e, ao mesmo tempo, valores e comportamentos que se pretendia difundir em determinada época e sociedade por meio da escolarização. Os livros podem, portanto, ser considerados veículos de circulação de valores e idéias (Corrêa, 2000); a escolha do conteúdo, a forma como é apresentado são exemplos de como os autores constroem a realidade, baseando-se em concepções pedagógicas, mas também permeados pelos valores e ideais da sociedade (Hamel, 2000).

Nesse contexto, o Presidente da província de Minas Gerais, Sebastião Barreto Pereira Pinto, afirma em seu relatório de 1841, sobre a conveniência em adquirir e distribuir entre os “discipulos”, professores e professoras, algumas obras, entre elas o *Curso Normal para professores de primeiras letras* e *Cartas sobre a educação das meninas por uma Sra. Americana*. O primeiro, de autoria do barão francês J. M. De Gérando, foi traduzido em 1839, impresso na Typographia Nictheroy pelo governo provincial do Rio de Janeiro e distribuído para uso dos professores de primeiras letras de diversas províncias, conforme indicam os trabalhos de Bastos (1999), Rosa (2001) e Jinzenji (2002). Quanto

a esta segunda obra, cuja autoria é desconhecida, foi traduzida do espanhol em 1838, e exemplares foram enviados às professoras públicas de instrução primária das escolas de meninas para delas fazerem uso junto às suas alunas<sup>3</sup>. Tratava-se de um investimento que visava suprir a formação dessas professoras, considerada deficiente; cabe lembrar que a educação das meninas era recorrentemente indicada como a área da instrução pública em que os avanços eram menos perceptíveis, sendo esta situação atribuída principalmente à falta de professoras e à precária formação das mesmas<sup>4</sup>.

É como suporte para a formação e a prática das professoras públicas primárias que o manual *Cartas sobre a educação das meninas por uma Sra. Americana* é aqui analisado. A formação das professoras e a educação das meninas, mais especificamente os cuidados com a distinção entre meninos e meninas se apresentava como uma das principais preocupações presentes tanto na legislação quanto na organização dos mecanismos de instrução na primeira metade do século XIX.

Em Minas Gerais, a Lei orgânica de 1835 determinava a criação de escolas, regulamentava a profissão docente e demais cargos diretamente ligados à instrução pública. Já no início desse processo, eram previstos estabelecimentos diferenciados e um acesso mais limitado às meninas, cujas escolas seriam abertas somente em cidades de maior porte, enquanto para os meninos haveria escolas mesmo em arraiais e vilarejos. Além de uma duração mais curta no processo de escolarização das meninas, eram previstas diferenças nos conteúdos que, para elas, deveria se limitar a saber ler, escrever e as quatro operações matemáticas, acrescido de conhecimentos de ordem moral, religiosa e doméstica.

Percebe-se a intenção de encaminhar a formação das meninas para as ocupações domésticas e sujeitas às determinações do marido, conforme fala de presidente de província: “devem ensinar-lhes tudo quanto convém que saiba uma mulher, que tem de ser a criada de si e de seu marido; por isso sua educação deve limitar-se a saber ler, escrever e contar até as quatro primeiras espécies de aritmética e todos os mais trabalhos de uma mulher no interior de sua casa”.<sup>5</sup>

A ausência de referências que indicassem uma denominação precisa para o *Cartas sobre a educação das meninas* colocou-me em dúvida, inicialmente, sobre como me referir a esta obra – *obra* é o termo utilizado pelas fontes consultadas. Considerei, entretanto, *manual* como mais apropriado devido às suas dimensões e espessura, sendo o termo assim definido por Silva: “Livro pequeno, de trazer a mão...”.<sup>6</sup> Com suas 256 páginas e pela natureza do seu conteúdo, possui também o sentido empregado em Buisson para *Manuel*: “títulos de certos livros ou compêndios, que se deve ter, por assim dizer, sempre à mão e que apresentam o essencial dos tratados longos e extensos, escritos sobre uma matéria”.<sup>7</sup>

Trata-se, provavelmente, da primeira obra do gênero a ser utilizada no Brasil. Escrita originalmente em espanhol durante o ano de 1824 por uma senhora argentina (sem autoria

<sup>3</sup> Portarias da Presidência aos Delegados Literários, 1839-1840.

<sup>4</sup> Outros argumentos também eram utilizados, como a resistência das famílias em enviar as filhas para a escola, as dificuldades financeiras das mesmas. Ver JINZENJI, 2002.

<sup>5</sup> Relatório de Presidente de Província, 1844.

<sup>6</sup> Dicionário da língua portuguesa, 1844.

<sup>7</sup> Dictionnaire de Pédagogie et d'instruction primaire.

explícita), foi traduzida para o português por João Candido de Deos e Silva em 1838, responsável por verter outras importantes obras pedagógicas para a língua portuguesa, entre elas o *Curso Normal para Professores de Primeiras Letras*, citado anteriormente.

O manual, objeto de estudo deste trabalho, possui 256 páginas, sendo constituído por cartas. São ao todo 12 cartas escritas pela autora, quando de seu exílio na Inglaterra, a uma irmã residente em Buenos Aires. O motivo do exílio é descrito brevemente como sendo de natureza política.

As primeiras perturbações políticas da minha pátria forçarão-me a buscar asilo na Europa. Minha família, que desde o principio dellas abraçou com calor a causa da independência, chegou a ser objecto particular do ódio e perseguição do partido contrario. Meus parentes tomarão armas para defender seus direitos e reconquistar suas liberdades, e vendo-me privada de sua protecção só me ficava o único refugio da emigração.

Em sua estada na Inglaterra, a autora diz ter lido livros e jornais e também diz ter visitado estabelecimentos de ensino voltados para as meninas, buscando apreender elementos para a escrita das cartas, que deveriam servir de orientação para que suas filhas – que haviam restado na Argentina – fossem educadas pela destinatária delas. Posteriormente, as cartas teriam sido reunidas e transformadas num manual para ser utilizado na educação de meninas na Argentina. Isso teria sido realizado em prol da Sociedade de Beneficência Pública de Buenos Aires, fundada em 2 de fevereiro de 1823 por decreto provincial. Dirigida por treze senhoras nomeadas pelo governo, tal Sociedade tinha como objetivo a direção e inspeção das escolas de meninas e demais estabelecimentos públicos voltados para o cuidado de mulheres, como o recolhimento de expostas, hospitais para mulheres e o colégio de órfãs (Kluger, 1989).

Na versão traduzida para o português, única à qual tive acesso, consta ainda uma nota de R. Ackermann que dedica o manual às senhoras da Sociedade de Beneficência Pública. Trata-se de Rudolph Ackermann (1764-1834), proprietário de uma importante tipografia em Londres que levava seu nome, e se destacava pelo pioneirismo na publicação de periódicos e livros ilustrados e pela difusão de pinturas de arte e imagens topográficas. Ackerman é bastante conhecido também pela publicação de um periódico de decoração e moda *The Repository of Arts, Literature, Commerce, Manufactures, Fashions and Politics* (1809-1828), periódico mensal dedicado especialmente às mulheres<sup>8</sup>. Isso indica que possivelmente a tipografia de R. Ackermann realizou a impressão das cartas transformando-o em manual; o que reforça tal idéia é o fato de que a carta X é composta, segundo a autora, de uma transcrição de trecho do periódico *Repository of Arts, etc.*, considerado por ela, o mais importante de Londres. Já a versão brasileira foi impressa na Typographia Nacional no Rio de Janeiro.

A composição de livros ou manuais a partir de cartas resultou em importantes obras, estando entre eles *Some thoughts concerning education* de John Locke (1ª edição em 1693), *Cartas sobre educação infantil*, de J.H. Pestalozzi (1818-1819); neste último,

<sup>8</sup> Mais informações em : <http://hal.ucr.edu/~cathy/ack/ack.html>

ganha destaque a imagem da mulher como mãe e seu papel fundamental para a saúde e a educação da criança. Quanto à especificidade dos títulos voltados para a educação das meninas, Fénelon é o autor da obra mais conhecida dessa natureza, *Tratado sobre a educação das meninas* (1687).

Os poucos títulos acima enumerados são ilustrativos de como a modernidade foi marcada por uma importante “descoberta” que iria demarcar os “domínios” e espaços da mulher na sociedade por muito tempo: “a de que ela não somente era ‘educável’ como deveria ser educada” (Veiga, 2004, p.59). E foi ao longo do século XIX que se constituiu, de maneira mais característica, um projeto de educação voltado para a mulher, baseado no ideário burguês; a mulher deveria ser a base da família nuclear devendo, portanto, ser preparada para o exercício das funções domésticas, circunscritas ao domínio do privado, tais como servir ao marido e educar os filhos segundo hábitos sociais civilizados (Gouvêa, 2004).

A intensidade com que se buscou afirmar na sociedade esse ideal de mulher, observável pela circulação cada vez maior de periódicos especializados voltados para o público feminino, indica, por um lado, a expectativa de que por meio desses impressos as mulheres aprendessem o seu papel na sociedade e na família (Veiga, 2004); por outro, que se tratava de um *feminino* construído e ainda não instituído, visto ser necessário insistentes investimentos para a sua difusão e consolidação. O *Cartas para a educação das meninas* seria mais uma dessas iniciativas, sendo voltado para as mulheres das Américas.

O tradutor reserva as páginas iniciais à dedicatória, sendo esta talvez sua intervenção mais significativa no manual. Dedicando às Senhoras Brasileiras, assim escreve João Candido de Deos e Silva:

Para vossa instrução e de vossas filhas passei este livro á nossa língua. O seu fim não he formar mulheres para bailes nem partidas, mas sim boas mãis de familia e boas esposas, que possão dar ao estado Cidadãos úteis e virtuosos. Depois de o lerdos decidireis se a educação que vos derão foi regulada pelos princípios que nesta obra se inculcão, e se o não foi, emendaí a mão a respeito de vossas filhas, desses caros penhores de vossos corações. Não merece o nome de mãi a que dá somente a existência sem cuidar na boa educação. A verdadeira mãi he aquella que semeia na alma de suas filhas sementes de virtudes, que produzão fructos de felicidade em todo o curso da vida. Por falta desta boa semente se tem visto o nosso paiz a dous dedos de sua ruína. He tempo de tratarmos d’assumpto tão serio e de tanta gravidade. Aproveitai-vos deste meu trabalho e sede felizes.

Ao que parece, a tradução do manual tinha como objetivo inicial a orientação às mães brasileiras na educação das filhas, sendo, no entanto, distribuído entre professoras primárias. Algumas inferências podem ser feitas a partir disso, visto serem destinatárias diferenciadas principalmente em relação à condição socioeconômica. As mulheres leitoras na primeira metade do século XIX certamente pertenciam à camada mais privilegiada economicamente, não representando uma parcela muito extensa da população. O uso do manual nas escolas primárias públicas sugere a estratégia de difundir os valores fundados na moral burguesa junto às camadas pobres da sociedade, salvando o país da “ruína” e fornecendo “cidadãos úteis e virtuosos”. Os impressos, portanto, veiculariam esses princípios que proporcionariam essa transformação.

Nas palavras de João Candido, o manual tem o intuito de “formar mulheres” que sejam boas mães, boas esposas e que saibam educar as filhas segundo a virtude e a moral autorizadas; se o objetivo é formar as mulheres, isso significa que elas podem ser formadas e, especialmente, precisam ser formadas, por não existirem condutas, hábitos ou valores naturais a essa mulher; pelo menos não aqueles que eram desejáveis para a mulher oitocentista.

O conjunto das 12 cartas possui os seguintes títulos:

– Carta I: Motivos desta obra. Influencia das Mulheres na Condição dos Povos, na Sociedade, e na prosperidade das Famílias. Diferença entre a sorte das Mulheres nos Povos Meridionaes e Septentrionaes da Europa.

– Carta II: Diferentes ramos da Educação. Educação moral. Preceitos, Exemplos, Hábitos. Acerto no uso destes Meios.

– Carta III: Educação Intellectual. Cultura da Razão e Entendimento. Conhecimentos próprios da mulher. Perfeição das Primeiras Letras. Geographia, Historia. Amor á leitura. Novellas.

– Carta IV: Educação Domestica. Trabalhos e Ocupações próprias da Mulher.

– Carta V: Educação nas Artes. Desenho, Bordado, Musica, Dança. Moderação na aquisição e cultura das Artes.

– Carta VI: Educação Physica. Exercícios, Alimentos, Traje.

– Carta VII: Educação Religiosa. Practicas, Ensino, Leitura do Novo Testamento. Tolerância.

– Carta VIII: Educação do Sexo Feminino em Inglaterra.

– Carta IX: Tradução das Cartas de huma mãe Ingleza a sua Filha.

– Carta X: Máximas para o procedimento de huma Senhora.

– Carta XI: Virtudes próprias da Mulher.

– Carta XII: Vida no campo, sua influênciã na condiçã da mulher.

O conjunto dos textos é caracterizado pela sucessão de prescrições de condutas, com caráter fortemente moral/religiosa. As diversas temáticas acabam sendo desenvolvidas em torno de alguns eixos comuns, conforme discutido anteriormente. Entre eles, podemos destacar: a educação moral como a essência da educação voltada para a menina/mulher, a família como célula vital para uma sociedade civilizada e a mulher como elemento principal para o funcionamento dessa sociedade ideal.

Mesmo tendo como objetivo tratar da educação da mulher, indiretamente e, às vezes explicitamente, a autora se refere ao papel do homem na sociedade; em relação a que homem deve essa mulher ser formada. Ao homem cabe o trabalho, a vida pública, entendida como exaustiva, havendo necessidade de um ambiente privado, reservado, para o descanso. A família passa a ser “o lugar de refúgio onde se escapa dos olhares de fora, lugar de afetividade onde se estabelecem relações de sentimento entre o casal e os filhos, lugar de atenção à infância”. (Áries, 1991, p.15) Sobre a mulher, diz a autora:

Ella he alma de todos os affectos domesticos, legisladora da familia, a que consola o homem em seus infortunios, a que o recompensa dos trabalhos, a que o afasta de desvios. Sem mandar, sabe fazer-se obedecer; sem reconvir convence e reduz; sem

irritar submete e domina. Suas graças, talentos e affabilidade attrahem o coração do marido, que em parte nenhuma acha a ineffavel delicia de amizade sem dobrez ou refolho, de confiança sem limites, de serviços sem venalidade ou humilhação.”

A família, além de sua função “interna” de mantenedora da harmonia do lar, onde o homem “descansa dos trabalhos do dia e ganha novos estímulos para prosseguir nos do seguinte” possui também uma importante função de projeção “externa”, de “conservação dos costumes, consolidação da ordem pública, progresso da razão e riqueza das nações, que não são mais que grandes reuniões de famílias, tendo cada huma a sua frente huma mulher.” Nasce daí a importância de ensinar às meninas tudo o que convém para desempenho das suas principais atribuições: costura e seus ramos, feitura do pão, lavar roupa, dispor a comida e limpar as habitações, organizar as despesas e o dinheiro.

Produz-se a idéia de que todas essas atividades domésticas são, na verdade, atividades prazerosas, agradáveis, contrastando com as atividades dos homens, nunca mencionadas, mas com atributos sempre repulsivos; insiste-se na idéia de que o trabalho do homem é uma obrigação, um dever, necessariamente desgastante e desagradável. O uso de argumentos como esses talvez fosse necessário para fortalecer a conformidade da mulher em relação ao espaço doméstico no qual deveria ser confinada.

Póde o homem justificar algumas horas de ócio depois de trabalho ímprobo ou daquelles grandes desgostos e de desenganos que costumao occorrer no desempenho dos deveres públicos; mas não tem razão a mulher para estar huma só vez parada. Seus trabalhos longe de fatigarem e esgotarem as forças podem considerar-se como agradáveis distrações.

Como complemento a esse conjunto de argumentos, afirmava-se ser essencial na mulher a resignação; ela deveria sempre lembrar de sua condição de inferioridade em relação aos homens para não levar adiante idéias inúteis de reação, para não passar pela vergonha da derrota e desprezo.

A educação física, intelectual e moral, consideradas como os três pilares da educação ao longo do século XIX, são referidas no manual, enfatizando-se a superioridade da educação moral sobre os outros dois ramos. Associada à educação religiosa, ambas seriam responsáveis por inculcar valores como a resignação, tolerância e a prática da beneficência. A proposta de educação intelectual para as meninas, assunto também tratado por uma das cartas, é bastante coincidente com o anunciado por outras fontes. Sua utilidade e aplicação se relacionam às funções domésticas já anteriormente enumeradas. Segundo a autora,

No quadro que acabo de delinear-te da educação intellectual do nosso sexo reuni os elementos necesarios para que qualquer mulher seja instruida sem chegar a ser Escriptora nem Philosopha. Confesso que não desejava ver minhas filhas nesta cathegoria, que me não parece mui compatível com os deveres de esposa e mãe (...).

Ler e escrever são úteis para poder conduzir de forma elementar a educação dos filhos. Além desses conhecimentos, é considerado importante o estudo da história, geografia e



de “línguas vivas”, por ampliar os conhecimentos das mulheres e possibilitarem-nas a interlocução com os maridos. Entretanto, ressalvas são feitas quanto ao tipo de leitura reservado às mulheres: são indicadas obras que enaltecem os valores das nações e que possibilitam o desenvolvimento das virtudes.

As operações matemáticas devem ser aprendidas para que possam manter o controle e o equilíbrio financeiro da família. Especial ênfase se dá à capacidade de administração das despesas da casa, segundo a qual a economia é uma das virtudes desejadas na mulher. Outro aspecto que deveria constituir a conduta feminina é o uso racional do tempo. Além de se ocupar durante cada instante do dia, a mulher deve saber organizar bem o tempo e preenchê-lo com atividades úteis a si e à família, evitando e combatendo o ócio. Quanto a isso, a obsessão em relação à pontualidade e controle das atividades de acordo com o relógio indicam a incorporação da lógica rígida de produção e de controle do tempo da sociedade industrial para o interior das casas e das escolas. Ao se referir à rotina de um colégio interno, o qual teve a oportunidade de conhecer, indica o controle do tempo e a rotina até mesmo nos dias de folga das alunas.

Por fim, a autora agrega aos seus escritos dois textos que são de autoria de terceiros. Um deles é uma carta de uma senhora inglesa a sua filha que se encaminha a um colégio interno. A outra, máximas transcritas do periódico londrino *Deposito das Artes, Literatura e Modas*. Na sua maioria, são máximas relacionadas à postura da mulher em relação ao marido, sendo algumas relacionadas à vida social mais ampla. Essas “máximas para o procedimento de uma senhora”, segundo a autora, constituem pensamentos melhor elaborados que os dela mesmos, merecendo portanto, a tradução e incorporação às suas cartas. Entre algumas delas,

- Acostuma-te o melhor que puderes ao modo de vida que mais convenha à pessoa com quem te uniste. Se este plano te apartar das diversões e concurrencias, considera que por muito que estas te agradem, maior preço tem todavia a paz domestica e a estimação recíproca.
- Busca occupaçoes que mais agradáveis lhe sejam, e que maior importância e valor te dêem a seus olhos preferindo a todas o governo domestico, verdadeiro império da mulher.
- Se o contaminar o máo exemplo, tem por certo que a discórdia e impaciência não são meios próprios para chamá-lo ao seio da virtude.
- Não perturbes seus prazeres innocentes, toma parte nelles, fazendo-lhe conhecer que gozas delles, por veres que lhe são gratos.
- Não lhe amargures os momentos de repouso e descanso com narração de desgostos domésticos.
- Tuas atençaes para com ele devem ser continuas mas não importunas; affectuosas sim, mas não affectadas.
- A menor sombra de adulação faz suspeitar pertençaes interessadas, indignas de huma união tão pura.
- Em tuas mãos está preferir elle a sua casa ás alheias. Faze que nella seja feliz.
- Se tiveres a desgraça de unir-te com alguma família dividida pela discórdia, nunca tomes a menor parte nas desavenças.
- Se os amigos do companheiro de tua sorte te não parecerem dignos, não trates de o separar repentinamente delles. Em lugar de pedir convence.

- As excessivas demonstrações de ternura, posto que autorizadas por hum vinculo sagrado, costumão produzir tão funestos effeitos como a declarada aversão.
- A inconstância de seu affecto augmentará pela contradicção e reconvenções. Mais seguro he o caminho da brandura e indulgência.
- Respeita suas faltas e cobre-as com hum véo; não as confies a ninguém, nem sequer aos autores de tua existência.
- Não tem os ciúmes muitas vezes outro fundamento mais do que a imaginação, mas tão aéreo como costuma ser sua origem, tão terríveis e dolorosas são sempre suas consequencias.
- Se tua união for ou te parecer completamente feliz, usa com sobriedade de tua satisfação, porque toda humana ventura está exposta a desaparecer n’hum instante, e nunca he tao sentida a perda como quando parece impossivel realizar-se.
- Sobradas são as penas que mortificação a Vida; não as augmentes com sobressaltos chimericos nem com temores sem fundamentos.
- Nas doenças do corpo não te acostumes a queixumes nem lamentações que não allivião a quem padece e incommodão aos que lhe assistem.
- Vive alerta contra qualquer pessoa em quem conheceres desejo ou intresse de perturbar a paz domestica. He licita nestes casos a intolerância, e saudavel o rigor.
- Póde a amizade com pessoas do teu sexo ser o maior obstáculo que possas apresentar á tua ventura. Por desgraça nasce freqüentemente a amizade, entre as mulheres, mais da analogia de seus defeitos do que do desejo de os corrigir.
- A amizade entre duas mulheres moças que frequentão a scena do mundo, e apparecem sempre juntas nas reuniões, he o mais fraco, perigoso e imprudente vinculo que podem os mortaes contrahir.
- He o sorriso o melhor adorno dos lábios da mulher, mas muitas vezes autorisa a falta de decoro, a malignidade e insolência. Nestes casos nunca será demasiada a expressão de severidade.
- A curiosidade he caminho da imprudência. Foge de tudo o que a puder excitar.
- A que deseja saber mais do que deve, põem-se na vergonhosa dependência de quem a pôde satisfazer. A que só aspira a saber o que deve, só depende de si mesma, e dos que nunca abusarão de sua superioridade.
- Não te acostumes a aprender as doutrinas Moraes em ficções e allegorias, e considera que o melhor uso que podes fazer de tua razão, he applica-la ao conhecimento de teus deveres.

Tal como um código do “bom-tom”, são listadas as principais restrições às quais a mulher deveria respeitar e são indicadas soluções para os obstáculos do dia-a-dia. Delineia-se o perfil de uma mulher ideal: polida, comedida, serena, emocionalmente estável. Tolerante e controlada, não devia demonstrar nem afeto em demasia, nem gozar plenamente da felicidade conjugal, sorrir moderadamente, administrar os incômodos do dia-a-dia com paciência e, se adoecida, sofrer em silêncio. Não poderia contar nem mesmo com os progenitores, muito menos com amigas. Estas, deveriam ser evitadas e até mesmo repudiadas. Enfim, a mulher oitocentista deveria ser solitária. A defesa da sua solidão talvez tenha função se pensarmos em uma maior facilidade na manutenção de sua condição. Já que a amizade heterossexual nem ao menos se colocava em questão, a amizade entre mulheres talvez as fortalecesse, devendo, portanto, ser denegrida. De qualquer forma, a mulher, suas condutas e pensamentos deviam estar sob o governo da razão, fortalecida pela obediência a uma moral cristã.

## Conclusão

Com este texto, busquei contribuir com algumas reflexões acerca dos manuais e livros escolares como fonte para a história da educação e também para melhor compreender o papel da mulher ou das relações de gênero na sociedade oitocentista: as expectativas, os ideais e as representações. Essas duas questões se encontram no cenário educacional mineiro, tendo como ponto de encontro o manual para a educação das meninas. Este veiculava o que era sugerido que as professoras ensinassem às alunas e o que era esperado que as meninas se tornassem após o processo de escolarização, mas permite também pensarmos no tipo de sociedade que se idealizava e também aquela que se buscava combater.

Pelas características de seu conteúdo, o *Cartas sobre a educação das meninas* se parece mais com um manual de civilidade que com um manual propriamente pedagógico. Isso não diminui sua importância para o estudo da história da educação, história das meninas/mulheres e história da profissão docente; se não era esse o tipo de formação de que careciam as professoras primárias, ao menos era o que se imaginava ser importante para educar uma menina; e isso não se restringiria somente à educação escolar, mas também à educação que se esperava que as mães dessem às filhas. É possível dizer de uma formalização ou sistematização da educação materna.

Segundo Roger Chartier, o objetivo da história é “identificar, para cada configuração histórica, os mecanismos que enunciam e representam como ‘natural’, portanto biológica, a divisão social, e portanto histórica, dos papéis e das funções” (1995: 42). Realizar um estudo histórico sobre gênero na primeira metade do século XIX não é tarefa fácil, pois os diferentes acessos, para homens e mulheres, aos espaços e bens simbólicos estabelecidos a partir de valores contextuais, promovem um olhar reduzido e enfiado sobre a dinâmica da sociedade. São escassos os registros ou vestígios que permitem reconstruir as relações e, talvez, o desafio seja não endossar a ausência da mulher nos registros e vestígios e, conseqüentemente, não reforçar a impossibilidade de escrever sobre ela, mas tentar reconstruir a dinâmica das relações nessa ausência e na parcialidade dos discursos provenientes do universo masculino.

A ausência de autoria do manual aqui estudado e as características atribuídas ou desejadas para homens e mulheres, despertaram tanto em mim quanto em alguns interlocutores que generosamente contribuíram para a discussão e crítica deste texto antes da produção da versão final, a suspeita de que se trata, na verdade, de um autor e não autora, conforme sugerido. Quanto a isso, Maria Lúcia Pallares-Burke (1996) contribui com uma reflexão interessante ao se deparar igualmente com textos sem autoria. Segundo a autora, tentar tratar separadamente a escrita masculina e a feminina pode se revelar uma “prática limitadora e empobrecedora da história”. Assim,

O “pensamento por analogia sexual” que permeia a cultura ocidental (...) tem o efeito nocivo de criar e sustentar conceitos de masculino e feminino que não se referem a nenhuma essência real no mundo, e de gerar estereótipos que continuam a informar pensamentos que se propõem questionadores desses mesmos velhos conceitos. No

fundo dessa prática está a idéia de que há uma íntima e necessária relação entre a identidade sexual do autor e sua obra, e que só textos escritos por mulheres podem opor-se à opressão patriarcal. (Pallares-Burke, 1996:102)

E em contrapartida, não podemos afirmar que somente textos escritos por homens possuem a visão tipicamente “falocêntrica”, como parece ser a do manual analisado. Desde a década de 1970, quando *Gênero* vem sendo utilizado como forma de se referir às questões ligadas às diferenças sexuais – em substituição ao termo *sexo*-, deslocou-se e ao mesmo tempo passou-se a rejeitar o referencial biológico para explicar as diferenças e relações entre homens e mulheres, enfatizando o caráter social das distinções baseadas no sexo. Reforça-se a idéia de construção social, cultural e histórica dos papéis atribuídos a homens e mulheres, se distanciando radicalmente das concepções essencialistas, outrora vigentes. E historicizar gênero vem se mostrando como um constante desafio; o de buscar compreender, segundo Scott, “os significados variáveis e contraditórios atribuídos à diferença sexual, os processos políticos através dos quais esses significados são criados e criticados, a instabilidade e maleabilidade das categorias ‘mulheres’ e ‘homens’, e os modos pelos quais essas categorias se articulam uma em termos da outra, embora de maneira não consistente ou da mesma maneira em cada momento.”(1994:25)

### Fontes

BUISSON, Ferdinand. Dictionnaire de Pédagogie et d’instruction primaire. Paris: Librairie Hachette et Cie, 1887. Tomo II.

*Cartas sobre a educação das meninas por huma Sra. Americana, Passadas do Hespanhol a Portuguez, e offerecidas ás senhoras brasileiras.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1838. (exemplar microfilmado.)

DE GÉRANDO, Joseph M. *Curso normal para professores de primeiras letras ou direcções relativas á educação physica, moral e intellectual nas escolas primarias.* Nictheroy: Typographia Nictheroy, 1839. (exemplar microfilmado, 412 p.)

MINAS GERAIS. Instrução Pública. *Portarias da Presidência aos Delegados Literários.* 1839-1840. Arquivo Público Mineiro. Seção Provincial n. 267.

MINAS GERAIS. Instrução Pública. Lei n. 13 de 28 de março de 1835. *Livro das Leis Mineiras.*

MINAS GERAIS. Instrução Pública. *Relatórios de Presidente de Província.* 1841,1844. Arquivo Público Mineiro. Seção Provincial

SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da lingua portuguesa.* 5ª ed. Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha, 1844. Tomo I; Tomo II.

### Referências

ARIÈS, Philippe. Por uma história da vida privada. In: ARIÈS, P. & CHARTIER, R. História da vida privada. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, v. 3. pp 8-19.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Formação de professores para o ensino mútuo no Brasil. O Curso Normal para professores de primeiras letras do barão de Gerando (1839). In: BASTOS, M.H.C & FARIA FILHO, L.M. de. *A Escola Elementar no século XIX – o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: EDIUPF, 11999. pp. 239-118.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, 1993. (Tese de doutorado).

CHAMON, Magda Lucia. *Relações de gênero e a trajetória de feminização do magistério em Minas Gerais (1830-1930)*. Belo Horizonte - MG. 1996. FaE/UFMG. Tese de Doutorado.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural; entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. In: *Cadernos Pagu* (4) 1995: pp. 37-47. Campinas.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação. *Cadernos Cedes*. Campinas, n.52, pp.11-24, 2000.

DURÃES, Sarah Jane Alves, “*Escolarização das diferenças: qualificação do trabalho docente e gênero em Minas Gerais (1860-1906)*”. Faculdade de Educação, PUC / São Paulo, 2002. Tese de doutorado

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. Vol 1

FARIA FILHO, Luciano Mendes de & MACEDO, Elenice Fontoura de Paula. A feminização do magistério em Minas Gerais (1860-1910): política, legislação e dados estatísticos. In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. *A educação escolar em perspectiva histórica*. Curitiba: 2004 (CD-ROM)

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Meninas na sala de aula: dilemas da escolarização feminina no século XIX. In: FARIA FILHO, L. M.de. *A infância e sua educação*. Materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

HAMEL, Thérèse. Transferências Culturais Entre MetrÓpole e Colônia: O Livro Escolar Como Instrumento da Formação do Cidadão em Quebec no Século XIX. *História da Educação*. Pelotas, Vol.4 n.8, pp.123-140, setembro/2000.

JINZENJI, Mônica Yumi. *A escolarização da infância pobre nos discursos educacionais em circulação em Minas Gerais (1825-1846)*. Faculdade de Educação/UFMG, 2002. Dissertação de mestrado.

KLUGER, Viviana. El defensor general de menores y la sociedad de beneficência: la discusión de 1887 em torno a sus atribuciones. In: *Revista de Historia Del Derecho*. N. 17, pp. 411-430. Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho. Buenos Aires, 1989.

LEITE, Miriam Moreira. Mulheres e famílias. In: SAMARA, Eni (Org.). *Família e grupos de convívio*. Revista Brasileira de História. N. 17. São Paulo: ANPUH/Ed. Marco Zero, fev. 1989

LOPES, Eliane Marta Teixeira. Casa da Providência: uma escola mineira do século XIX. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, (6), 1987. p.28-34.

\_\_\_\_\_. A educação da mulher: a feminização do magistério. In: *Teoria e Educação*. Dossiê: Interpretando o trabalho docente. Porto Alegre. N.4, p.5-30, 1991.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Um toque de gênero: História e Educação em Minas Gerais (1835-1892)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; FINATEC, 2003.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Nísia Floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo: Hucitec, 1996.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: ARIÈS, P. & CHARTIER, R. (Orgs). *História da Vida Privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, v. 3. pp.169-209.

ROSA, Walquíria Miranda. *Instrução Pública e Profissão Docente em Minas Gerais (1825-1852)*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação – UFMG, 2001. Dissertação de mestrado.

SCARANO, Julita. Crianças esquecida das Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary (org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000. pp. 107-136.

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a Gender and politics of history. In: *Cadernos Pagu*. Campinas. (3) 1994:pp.11-27

VEIGA, Cynthia Greive. Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, L. M.de. *A infância e sua educação*. Materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Recebido em julho de 2010  
Aprovado em outubro de 2010